

IMPrensa HEGEMÔNICA E CONTRA-HEGEMÔNICA E O MST

Manipulação da imprensa escrita

Soleiva Roque Maciel*

Resumo: Este artigo é resultado do estudo proporcionado pelos cursos oferecidos pela SEED e das leituras solicitadas pelo orientador da IES sendo conclusão dos estudos do PDE. O tema abordado teve orientação da linha de pesquisa do grupo Estado e Poder da UNIOESTE de Marechal Cândido Rondon e da professora Dra Carla Luciana Silva. A pesquisa foi realizada em obras sobre a manipulação da imprensa e obras diretamente relacionadas à formação e organização do MST. Estes estudos tinham como meta a elaboração de um material didático, no caso um OAC - Objeto de Aprendizagem Colaborativa, cuja aplicação se deu com alunos do ensino fundamental nas séries finais, especificamente duas turmas de 7ª série, com 35 alunos cada. As notícias foram retiradas em sua maioria da imprensa online, pela facilidade, rapidez e quantidade de jornais que este acesso permite. Analisou-se a forma como a imprensa hegemônica e contra-hegemônica noticia os fatos referentes ao MST: as expressões usadas por ambas e seu impacto no imaginário popular. O trabalho teve início com diagnóstico sobre o acesso dos alunos aos meios de comunicação, a origem familiar (campo ou cidade), os conceitos da família do educando sobre o MST. Foram retomados os conteúdos da série anterior sobre a política agrária adotada no início da colonização do Brasil. Estudou-se a questão da posse de terras, a Lei de Terras 1850, os movimentos de luta pela posse ou permanência na terra e a formação do MST.

Palavras-chave: Imprensa. Hegemonia. Contra-hegemonia. MST

Abstract: This article is a result of study granted by courses offered by SEED and reading requested by IES coordinator being the conclusion of PDE studies. The subject was guided by the research line of the group State and Power of UNIOESTE

Professora de História da Rede Estadual de Ensino - PDE, sob orientação da Profª Doutora Carla Luciana Silva, Professora do Curso de História e do Mestrado em História da Unioeste.

in Marechal Cândido Rondon. The research was done in works about the press manipulation and works directly related to the formation and organization of MST.

These studies had the objective to develop an educational material, in this case OAC – Object of Collaborative Learning, whose application was done with graduating students at elementary school, specifically two groups of 7th grade with 35 students each. The news was mostly obtained from online press because of its facility, speed and quantity of newspapers available. It was analyzed the way how the hegemonic and counter-hegemonic press show the facts related to MST: the expressions used by both and its impact on popular imaginary. The work started with the diagnosis about the student's access to the means of communication, the family origin (countryside or city), the concepts of the student's family about the MST. It was resumed the contents of the previous series about the land politics adopted in the beginning of Brazil colonization. It was studied the question of land possessions, the Land Laws 1850, the fight movement by the possession or staying in land and the formation of MST.

Key-words: Press, hegemony, counter-hegemony, MST

INTRODUÇÃO

As notícias veiculadas na imprensa são influenciadas por ideologias, sejam elas hegemônicas ou contra-hegemônicas. Com frequência observa-se na imprensa escrita que as manchetes não possuem relação com a notícia sendo que as mesmas podem ser manipuladas de acordo com o interesse de quem as publica.

Sendo a grande imprensa um instrumento ao alcance da maioria da população, cujas informações são basicamente obtidas por estes veículos, ocorre formação de opinião direcionada. Questiona-se assim, a isenção política, econômica e partidária dos órgãos de imprensa que, na história universal estiveram sempre aliados a esta ou aquela ideologia.

Nas últimas décadas verificou-se desvio acentuado na conduta dos órgãos de informação, pois

“ainda recentemente, informar era, de alguma forma, fornecer não só a descrição precisa – e comprovada - de um fato, de um acontecimento,

mas também de um conjunto de parâmetros contextuais que permitam ao leitor compreender seu significado profundo” (RAMONET, 2004:132).

Falta ao leitor a leitura que lhe permita comparar as informações recebidas, sendo que a grande imprensa escrita publica a notícia já veiculada nos grandes telejornais. Outro agravante é o volume de informação que o leitor/espectador recebe diariamente que lhe impossibilita assimilá-las. Recebendo tão grande quantidade de informação, o leitor/espectador tem a impressão de estar bem informado sobre os mais variados assuntos, quando o conhecimento adquirido é extremamente superficial e moldado pela ideologia do órgão de imprensa que o forneceu.

“Uma das principais características do jornalismo no Brasil, hoje, praticado pela maioria da grande imprensa, é a manipulação da informação. O principal efeito dessa manipulação é que os órgãos de imprensa não refletem a realidade. Mas essa relação é indireta. É uma referência indireta à realidade, mas que distorce a realidade.” (ABRAMO, 2003: 23)

Este fenômeno está presente nas leituras sobre o MST, onde a imprensa hegemônica e contra-hegemônica assumem posturas opostas quando focalizam o movimento, ficando evidente a rejeição da primeira e o apoio da segunda.

A imprensa possui mecanismos para trabalhar as informações em busca de um resultado esperado, seja ocultando ou modelando dados e fatos. Para ilustrar a afirmação, têm-se estudos sobre a Guerra de Canudos (final do século XIX), onde

“Conselheiro e sua comunidade foram vítimas de uma imensa e cruel intriga fabricada pela mídia, que serviu para justificar e encobrir o massacre praticado pelo Exército nacional. (...) Todos os intelectuais estavam atrelados ao carro do poder, empenhados na grande parada histórica que era a consolidação nacional.” (ARBEX JR, 2003, 150).

Tendo como base o vínculo entre mídia e poder, durante a pesquisa buscou-se também identificar a ideologia subjacente nas informações da imprensa, trabalhando conceitos de hegemonia e contra-hegemonia, bem como estudando os termos utilizados que provocam repúdio ou apoio do espectador/leitor. A hegemonia agrária tem se utilizado da mídia procurando desestruturar o movimento, de forma tal que não seja percebida pela maioria dos leitores. O apoio midiático ao MST está restrito quase que exclusivamente a jornais e revistas da imprensa contra-hegemônica, sendo a mesma

desconhecida da maioria da população nacional. O trabalho realizou-se de forma a evitar o dogmatismo e a ortodoxia,

“trata-se de uma concepção de História em que verdades prontas não têm lugar, porque necessariamente o trabalho pedagógico nesta disciplina deve dialogar com outras vertentes tanto quanto deve recusar o ensino de História marcado pelo dogmatismo e pela ortodoxia.”
(DIRETRIZES CURRICULARES, 2006:22).

Tornou-se necessário analisar o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, partindo de sua pré-história no Brasil. O contexto em que o movimento tem origem, seus objetivos, metas previstas e alcançadas, embasamento legal e forma de atuação do mesmo. Partindo do problema da concentração de terra, que, desde a colonização portuguesa, é causa de transtornos sociais.

Ao se manipular a massa, é necessário camuflar os objetivos de forma que o leitor assimile os conceitos transmitidos como sendo julgamentos seus, é cotidiana e sistematicamente colocado diante de uma realidade artificialmente criada pela imprensa e que se contradiz, contrapõe e freqüentemente se superpõe e domina a realidade real que ele vive e conhece”. (ABRAMO, 2003:24)

No caso do objeto desta pesquisa, observa-se que a mídia informa o leitor sobre o MST, de forma tal que se cria no imaginário popular a idéia de desordem, movimento ligado aos interesses de poucos, sem elo com a realidade. Sendo seus integrantes relacionados a baderneiros que invadem e destroem a propriedade privada sagrada por lei, perturbadores da paz e sanguessugas sociais que devem ser rejeitados pela população. *“O processo de “criminalização” dos movimentos sociais não é um fenômeno recente na América Latina, e menos ainda no Brasil.”* (ARBEX, 2003:149). Assim, ao receber a notícia distorcida pelos interesses hegemônicos, onde as informações são ocultadas e/ou direcionadas, fazem com que a população, desconhecendo os ideais do movimento, passe a repudiá-lo.

A notícia que segue foi retirada do site da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 20/06/2008:

Deputado ruralista tenta criminalizar movimentos sociais:

“O deputado federal Abelardo Lupion (DEM-PR), da bancada ruralista, pediu que o governo brasileiro aplique a Lei de Segurança Nacional (Lei 7.170/83) que tem o objetivo de criminalizar manifestações de movimentos sociais.[...]. Há três anos, Lupion já havia tentado transformar manifestações populares em crime. Ele pediu em relatório paralelo da CPI da Terra, que as ocupações de terra por movimentos sociais fossem consideradas como crime hediondo e ato terrorista. O relatório inicial, de autoria do deputado federal João Alfredo (PSOL-CE) foi rejeitado pela CPI.”

A ideologia hegemônica está em evidência neste “pedido” do deputado federal, que sendo da bancada ruralista, é contrário a qualquer manifestação em prol da luta pela terra.

MOVIMENTOS SOCIAIS, IMPRENSA E O USO DA LINGUAGEM NAS ANÁLISES DE MANCHETES

Sem linguagem, qualquer que seja, não há comunicação. Ao se comunicar um fato, porém, é possível direcionar a linguagem usada ao alvo que se quer atingir.

Atualmente, o acesso fácil a notícias, principalmente pelos telejornais e boletins informativos da televisão, a profusão de informações tem sido tamanha que o leitor não tem sequer tempo para assimilá-las. Como os fatos anunciados são repetidos por muitos veículos de informação, tem-se ao cabo de pouco tempo a idéia de veracidade dos mesmos, pois da forma que aparece na grande imprensa

“um fato é verdadeiro não porque obedece a critérios objetivos, rigorosos e confirmados pela fonte, mas simplesmente porque outros meios de comunicação repetem as mesmas afirmações e confirmam”. (RAMONET, 2004:134)

A História Universal está repleta de informações sobre a manipulação de informação, desde que o domínio da linguagem tornou possível. Informa-se o que é do interesse do grupo hegemônico envolvido na questão. Prova disto são atualmente as abundantes publicações de cunho historiográfico com revelações que questionam o que se acreditava ser verídico até então. Os autores das tais obras buscam fundamentá-las no discurso do oprimido, do excluído, contemplados na chamada História Vista de Baixo, da Nova Esquerda Inglesa, contemplados na atual Diretriz Curricular para o ensino de História. Tome-se, por exemplo, as notícias de movimentos sociais de cunho trabalhista veiculadas na grande imprensa, onde a voz que aparece é a do empregador, público ou privado, dificilmente se ouve o trabalhador, seus anseios ou conquistas obtidas pelo grupo em manifestações anteriores. Nas manifestações pela Redução da Jornada de Trabalho, 28/05/2008, a Folha de Londrina publicou o fato citando a fala do presidente do sindicato dos motoristas e cobradores, Denílson Pires da Silva para quem *“a ação era prejudicial ao povo e mesmo apoiando às reivindicações, não havia motivo para participar, uma vez que os funcionários têm carga semanal de 36 horas”* (FOLHA DE LONDRINA, 29/05/2008). Com base nesta informação, o leitor desconhecedor dos benefícios da manifestação, recebe a informação parcial, sem a voz de outros sindicatos que aderiram em busca da redução de jornada, o que também não é esclarecido, beneficiará o trabalhador com a geração de novos empregos.

A notícia chega ao consumidor nos moldes da ideologia hegemônica, colocando o

leitor/trabalhador como oposição aos movimentos que buscam garantias ou benefícios que lhe serão de grande proveito. No dia 29/05/2008, após a mobilização do Dia Nacional pela Luta das 40 horas (28/05/2008), o Jornal Folha de Londrina noticiava o fato da seguinte forma: “*Tumulto encerra campanha no Paraná. Manifestação pela redução da jornada de trabalho teve pancadaria em Curitiba; PM precisou usar bomba de efeito moral para conter os ânimos*” (grifos meus). Os termos tumulto e pancadaria utilizados pelo jornal remetem à idéia de desordem e agressão, o que justifica a ação da PM que precisou usar bomba. O leitor, que recebeu informações mínimas sobre os benefícios que a campanha buscava para o trabalhador, termina por não se identificar com um movimento “desordeiro” e entende ainda a reação da PM como necessária.

O uso de algumas expressões é comum quando a grande imprensa noticia ações do MST. A ocupação de terras é noticiada como invasão de terras, o que torna o ato ilegal, chamando sobre o mesmo uma opinião desfavorável. Em contrapartida a imprensa contra-hegemônica também se serve da expressão invasão quando se refere aos ataques promovidos por milícias/empresas de segurança de que os acampamentos dos trabalhadores têm sido alvo.

Assassinar e matar, duas formas de noticiar que geram interpretações e reações diferentes.

“É desnecessário lembrar o diferente peso semântico dos verbos *assassinar* e *matar*. *Matar* pode até mesmo descrever ato natural de tirar a vida. (...) *Assassinar* é a morte produzida por ser humano com aleivosia”. (MAESTRI, 2005: 115).

A expressão assassinato evoca no imaginário a idéia de crime, o mesmo não acontece com o foi morto. Assim sendo, cada grupo utiliza-se destas e de outras expressões para enfatizar ou suavizar o impacto causado pela notícia dada. No jornal Folha de Londrina, domingo, 13 de janeiro de 2008, na página 11 do caderno Geral, o uso destas expressões se torna evidente em duas notícias: “*Homem é assassinado a tiros durante festa*” e na mesma página: “*Assaltante morre durante confronto com a PM*”. Os dois casos tratam de pessoas assassinadas a tiros, porém no segundo caso existe o agravante de o assassinato ser cometido por um membro de um órgão estadual de defesa, a Polícia Militar, o que poderia tornar a opinião do leitor contrária à ação da mesma, condenando-a. No entanto, o jornal preferiu não chamar de assassino o policial, impedindo que o leitor se questionasse sobre seu ato. Esse processo está evidenciado nas duas notícias que seguem retiradas de dois jornais online, onde foram utilizadas estas duas expressões:

“Sem-terra ligado ao MST é morto durante invasão no Pará” (Folha Online, 03/05/2008) [Grifos meus] (<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0305200717.htm>)

“Pastoral da Terra exige investigação de assassinato de líder sem-terra no Paraná” (o Globo Online, 31/03/2008) [Grifo meu] (http://oglobo.globo.com/pais/mat/2008/03/31/pastoral_da_terra_exige_investigacao_de_a_ssassinato_de_lider_sem-terra_no_parana-426614624.asp)

Nas duas notícias existe um fator comum: homens do Movimento Sem-Terra que perderam suas vidas, ou seja, foram assassinados. Na primeira manchete, o fato noticiado como “um sem-terra que foi morto” causa menos comoção ou choque que “sem-terra que foi assassinado” e a reação do leitor diante de ambas será certamente diferente, por isso a preferência da imprensa hegemônica pelo “foi morto” ao invés de “foi assassinado”. Isso porque, como assinalado, o assassinato aparece como se fosse um fato natural.

Pelo mesmo motivo a imprensa contra-hegemônica utilizou-se da expressão “assassinado”, chamando atenção sobre a violência a que grupos hegemônicos têm infringido ao MST, o que tem acontecido em muitos acampamentos. Assim, chama-se a atenção para o fato de que os sem-terra que perdem a vida em confrontos com a polícia ou empresas de segurança, fato que não tem repercussão na grande imprensa, e que quando é anunciado, como no caso da notícia utilizada, esta é suavizada pelo uso de algumas expressões como “é morto” seguido do motivo da morte: “invasão”. Neste caso não se noticia quem é o autor da “morte” mas direciona-se o julgamento do leitor com o uso da expressão “invasão”, pois se houve comoção no início da leitura, ela desaparece em seguida pois morreu no momento em que praticava um ato ilegal, ou seja, “invadindo” propriedade alheia. Sendo a notícia uma reivindicação da CPT, a expressão utilizada enfatiza a ação *assassinato*, porém o termo é parte da reivindicação da CPT e não discurso do jornal onde a notícia foi veiculada. A ideologia contra-hegemônica também se utiliza das mesmas expressões que a imprensa hegemônica, visando resultados opostos aos desta, pois cada palavra é compreendida dentro de um contexto histórico, assim sendo uma mesma expressão pode incriminar ou inocentar.

A linguagem é profundamente determinada pelo momento histórico, pelas contradições sociais e pelos conflitos ideológicos – de classe, de gerações, de gênero, de grupos étnicos, etc. Ela é produto de inconsciente, semiconsciente e consciente dessas contradições. Sua função comunicativa possui também uma importante instância de

integração e de ocultações sociais. (MAESTRI, 2005: 59-60)

As manchetes que seguem, referem-se à “morte” dos sem-terra:

- Líder sem-terra é morta em emboscada em Mato Grosso (17/06/2008) Folha Online [Grifo meu] (<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u413031.shtml>)

- Ministério Público denuncia cinco pessoas por morte de sem-terra (09/04/2008) [Grifo meu] Gazeta do Povo Online

(<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=755044&tit=Ministerio-Publico-denuncia-cinco-pessoas-por-morte-de-sem-terra>)

Tome-se, por exemplo, esta notícia divulgada no site da CPT (sem data)

“Pistoleiro que assassinou sem-terra é absolvido em júri permeado por ilegalidades” [Grifos meus]

(<http://www.cpt.org.br/?system=news&action=read&id=368&eid=128>)

Usando as expressões pistoleiro e assassino, consegue-se dar maior ênfase ao fato noticiado. Pistoleiro, segundo o Dicionário Aurélio, o termo é substantivo masculino, o mesmo que facínora, bandido, assassino profissional. O termo evoca imagens de violência, banditismo, homem fora-da-lei. No imaginário popular, pistoleiro está associado aos atos de terror vividos em muitos municípios no início da colonização dos mesmos. Períodos em que a lei era a do mais forte, ou seja, do que possuía maior número de pistoleiros, sendo que uma de suas funções era expulsar posseiros, independente de que forma isso ocorresse, tirando-lhes a terra e não-raro, a vida. Analisando: “júri permeado de ilegalidades”, há um deslocamento sobre a questão da ilegalidade, ou seja, muda o foco sobre quem está fora da lei, pois o que se espera dos julgamentos é que os mesmos sejam nada menos que a aplicação da justiça pautada nas leis democráticas vigentes no país e não “permeado por ilegalidades”. Essa mudança de foco é providencial, pois a grande imprensa noticia sempre o MST de forma a incutir no leitor a idéia de que quem está na ilegalidade são os sem-terra, sempre evidenciados pela mesma pela prática de atividades ilegais como a “invasão” de propriedade privada.

É comum a grande imprensa referir-se às atuações do MST como “invasões”, que traz consigo uma carga de conotações pejorativas, de ilegalidade, vandalismo e irresponsabilidade. O termo “invasão”, segundo o dicionário Aurélio, significa “local

ocupado ilegalmente por habitações populares”. No mesmo dicionário “ocupação” é definida como “ato de ocupar, ou de se apoderar de algo; posse”, ou ainda, “ato de apoderar-se alguém, legalmente, de coisa móvel (ou semovente) sem dono, ou porque ainda não foi apropriada, ou por haver sido abandonada”. Cada uma das duas expressões citadas possui um significado diferente, sendo que “invadir” remete à ilegalidade e “ocupar”, transmite a idéia de que o espaço em questão é destituído de dono ou abandonado. O MST define estas ações como “ocupações”, sendo

“que a ocupação é suas forma de luta mais importante. De modo geral, é a partir de sua efetivação que as demais formas de luta são utilizadas. [...] A ocupação gera o fato político: é um setor organizado da sociedade mobilizado em torno de sua causa, que, no caso, é a reforma agrária. E isso requer uma resposta política do governo”. (MORISSAWA, 2001: 199)

Esta mensagem de ilegalidade está implícita nas seguintes notícias retiradas da FOLHA ONLINE:

- MST invade engenhos e incendeia carros em Pernambuco (21/06/2008) [Grifos meus] (<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u414657.shtml>)

A manchete tem uma conotação negativa de grande porte, pois o ato de “invadir” já evoca criminalidade o que é reforçado com “incendeia carros”, ato de destruição da propriedade alheia. Ambos, “invadir” e “incendeia”, alimentam a rejeição do público pelo MST. No texto de 29 linhas, 26 são dedicadas a noticiar ações dos militantes que causaram danos nos dois engenhos onde atuaram, inclusive com o valor do prejuízo causado, como declarou o advogado de uma das usinas. Somente nas 6 últimas linhas do texto aparece a justificativa do movimento sobre o fato:

O MST confirmou a ação. Em nota, o movimento informou que agiu em protesto contra a "violência dos seguranças e capangas" das empresas, que teriam destruído lavouras e plantações dos agricultores.

Ainda segundo o MST, a depredação ocorreu porque as usinas estariam utilizando, para plantar cana-de-açúcar, parte de terras pertencentes à usina Aliança, reivindicada por eles para reforma agrária.

Ao final da leitura a carga de informações sobre “destruição” é tamanha que a justificativa do MST não muda o teor do texto, pois não foi direcionada para tal, é um apêndice de pouca importância para o que de fato se pretende anunciar.

- Oficiais retiram 363 sem-terra de invasão no RS (18/06/2008) [Grifo meu]

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u413424.shtml>

“A Brigada Militar do Rio Grande do Sul retirou ontem 363 agricultores sem-terra de dois acampamentos na cidade de

Coqueiros do Sul (314 km de Porto Alegre). A operação de despejo envolveu cerca de 600 policiais e dois helicópteros. Não houve confronto.”

A notícia é espantosa, pois o aparato envolvido na “operação de despejo” corresponde a perseguições dignas de produções cinematográficas em cenas de perseguição a indivíduos de altíssima periculosidade. A afirmação de que “não houve confronto”, é cômica, pois a diferença numérica entre os grupos envolvidos na ação é espantosa, além do que a afirmação sugere que os militantes do MST reajam com violência diante de situações como esta.

Nas manchetes seguintes, divididas em dois grupos: imprensa hegemônica e contra-hegemônica. Buscando atrair o apoio do leitor cada uma utiliza de expressões diferentes para definir a mesma ação: a imprensa hegemônica usa a expressão “INVASÃO” direcionando assim a opinião do leitor contra o movimento, condenando-o pela atitude ilegal, enquanto a imprensa contra-hegemônica refere-se ao fato como “OCUPAÇÃO”, dando a notícia sob outra perspectiva, conseguindo assim a simpatia do leitor pelo movimento.

IMPRENSA HEGEMÔNICA

- MST invade centro de pesquisa da Aracruz Celulose (08/03/2008) Gazeta do Povo Online (portal.rpc.com.br/gazetadopovo/brasil/conteudo.phtml?id=543643)

- MST invade sede do Incra em Cuiabá e interdita rodovias na Paraíba (28/05/2008) [Grifo meu] Folha Online (<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u406051.shtml>)

- Movimentos sem-terra fazem onde de invasões e protestos em 13 Estados (10/06/2008) [Grifo meu] Folha Online (<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u410956.shtml>)

- Mulheres sem-terra invadem estatal e dois engenhos em Pernambuco (06/03/2008) [Grifo meu] Folha Online

(<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u379450.shtml>)

IMPrensa CONTRA-HEGEMÔNICA

- MST ocupa fazenda para denunciar corrupção do agronegócio (16/09/2006) [Grifo meu] cmi brasil

(<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/09/360596.shtml>)

- Trabalhadoras sem-terra ocupam usina em Pernambuco (06/03/2008) [Grifo meu] MST (<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=5023>)

- Após deixar fazenda, MST promete novas ocupações se não houver reforma agrária (23/01/2008) [Grifo meu] Socialismo.org.br

(<http://www.socialismo.org.br/portal/questoes-agrarias/108-noticia/149-apos-deixar-fazenda-mst-promete-novas-ocupacoes-se-nao-houver-reforma-agraria>)

Nas notícias acima citadas fica claro que a linguagem é um instrumento poderoso, onde uma só palavra pode causar transformações gigantescas numa frase. Portanto, o uso desta ou daquela expressão numa notícia, pode transformá-la de maneira tal, causando no leitor reação de apoio ou repúdio.

A QUESTÃO DE TERRAS NO BRASIL E A ORIGEM DO MST

Desde a chegada do europeu em terras posteriormente denominadas brasileiras, verifica-se a concentração de terras (capitanias hereditárias, sesmarias a exploração do trabalho, que vai do sistema escravocrata, passando pelas diferentes formas de parcerias; arrendatários, meeiros, foreiros, chegando à mecanização). O sistema agrário (latifúndio com exploração do trabalhador), adotado em terras brasileiras nestes quatro séculos, gerou problemas nunca resolvidos, como a posse da terra.

A economia brasileira primou sempre pela concentração de terras, selecionando os

proprietários, por mecanismos legais. As Constituições brasileiras também contribuíram para impedir o acesso do pobre à terra, mantendo-a em posse de um grupo que possuía também o poder político, o que possibilitava a manutenção e reprodução do sistema agrário vigente no país.

Em meados do século XIX, prevendo o fim da escravidão, a Coroa brasileira estabeleceu A Lei de Terras (Lei 601) de 1850, para impedir que os ex-escravos, pobres e imigrantes tivessem acesso à posse da terra e se mantivessem como mão-de-obra necessária aos latifúndios. Beneficiando o grande proprietário, a Lei de Terras foi um entrave para que a pequena propriedade familiar se desenvolvesse no Brasil. Perpetuou-se então no imaginário brasileiro a naturalidade diante da presença do latifúndio de exportação e, em contraponto, da fome e dos despossuídos.

A abolição da escravidão (1888) foi “*a simples devolução do escravo à posse de si mesmo*” (RIBEIRO, 1998:396), pois o ex-escravo não pode assumir sua condição de cidadão livre, usufruindo da dignidade humana e do auto-respeito que lhe havia sido tirado. A condição de liberdade foi muito relativa, uma vez que

“esta liberdade seria, porém, limitada pelo monopólio da terra, que o obrigaria a engajar-se no serviço de algum proprietário e ater-se as subconsumo a que sempre estivera submetido” (RIBEIRO, 1998:397).

Após a Proclamação da República, o ex-escravizado continua excluído da posse da terra. Os problemas na zona rural permaneceram. O trabalhador escravizado foi substituído pelo imigrante ao qual também é dificultada a posse da terra. Novas relações de trabalho surgem então: meeiros (trabalhadores que dividem a produção com o dono da terra), foreiros (pagavam aluguel pelo uso da terra), arrendatários (trabalhavam pagando determinada renda/porcentagem ao dono da terra), ou qualquer outra denominação que seja dada, designando trabalhadores rurais sem vínculos empregatícios legais. Estes trabalhadores viam-se à mercê do patrão, podendo ser desalojados a qualquer momento, perdendo todo o trabalho realizado até então. Sem leis que os amparassem, não havia a quem recorrer, pois a legislação vigente era elaborada pela elite agrária, com grande representatividade no poder legislativo, o que se observa até hoje. Os trabalhadores rurais começam a se organizar em busca de direitos de permanência na terra ou posse da mesma.

Em alguns estados brasileiros, no período de 1954 a 1964, formam-se três grandes movimentos, pela Reforma Agrária. Na década de 1950 em Pernambuco, os foreiros,

representados pelo advogado e deputado Francisco Julião (PSB), organizam a Liga Camponesa da Galiléia. A luta do movimento era pela não-expulsão dos camponeses da terra. Com o golpe militar de 1964, o movimento, com seus líderes presos e condenados, veio a se dispersar. Na mesma década, 1950, formou-se a Ultab, criada pelo PCB no intuito de conseguir aliança política entre proprietários rurais e camponeses, teve fim com a perseguição e desaparecimento de seu líder pela repressão militar. A Ultab atuava em todos os estados com exceção do Pernambuco e do Rio Grande do Sul. No primeiro havia as Ligas Camponesas e no segundo o Máster, que organizado na mesma década que os demais, também reivindicava terra, realizando acampamentos para entrar na terra. Era apoiado pelo PTB, porém o partido foi derrotado nas eleições de 1962 e o movimento enfraqueceu. Na década de 1980, um novo movimento é oficializado, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)

A origem do MST está na política agrária brasileira, que historicamente exclui o pobre e é voltada para o latifúndio de exportação, cujas conseqüências se agravaram após o golpe militar de 1964. A política adotada pelo militarismo proporcionou aumento de latifúndios ao mesmo tempo em que este engoliu a pequena propriedade. A política militarista (1964-1985) foi um agravante à questão da posse da terra no Brasil. A mecanização iniciada no período enxugou o campo e inchou as periferias, congestionadas de favelas e um sem-fim de problemas sociais, que se agravavam a cada dia. A cidade que atraía o ex-trabalhador rural ou ex-proprietário, não tinha por onde adequá-lo. Faltava emprego, moradia, segurança, assistência médica e saneamento básico nos barracos em que se amontoavam, entre outros problemas enfrentados.

Além da mecanização, outro problema gerado pela política militarista na região oeste do Paraná, foi o desalojamento de posseiros e pequenos proprietários das terras alagadas pela construção da Usina de Itaipu (1973-1982). O movimento nasceu no 1º Encontro Nacional dos Sem-Terra, em Cascavel, Paraná, nos dias 20/21 e 22 de janeiro de 1984. Organização de camponeses sem-terra, de alcance nacional voltado à luta por terra e pela reforma agrária.

A mecanização estimulada pelo regime militar, aliada à desapropriação de terras para a construção de Itaipu, fez aumentar o contingente humano nas periferias das grandes cidades. O estado do Paraná sofreu

“expulsão dos camponeses de suas terras numa escala nunca antes vista no Brasil. No prazo de dez anos, foram cerca de 100 mil pequenos

proprietários rurais. Parceiros, posseiros e arrendatários já sofriam um processo de expulsão devido à mecanização da agricultura. Para piorar a situação, a construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu levou à desapropriação de mais de 12 mil famílias de oito municípios do oeste do estado” (MORISSAWA, 2001:121).

A Igreja Católica e Luterana e as CPTs (Comissão Pastoral da Terra), com base na Teologia da Libertação, organizaram os camponeses expropriados da terra pela expansão capitalista, o que se tornou a gênese do MST.

Todos os problemas até aqui citados, são alguns dos que estão relacionados com a origem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Na obra de Morissawa, “A HISTÓRIA DA LUTA PELA TERRA E O MST”, o MST encontra-se assim definido: “Somos um movimento de massas de caráter sindical, popular e político. Lutamos por terra, reforma agrária e mudanças na sociedade”. São citados também os objetivos gerais do movimento:

- 1. Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital.*
- 2. A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade.*
- 3. Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas.*
- 4. Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais.*
- 5. Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais.*
- 6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher. (MORISSAWA, 2001:153)*

O movimento visa não somente a reforma agrária, mas transformações sociais que beneficiem a população. Para tanto, utiliza as técnicas de ocupação, medida esta que “força o governo a desapropriar novas áreas para o assentamento de famílias acampadas” (DEZANETI, 2002:6).

A IMPRENSA E O MST

Quando se lê o que a imprensa publica do MST, a dualidade entre as linhas editoriais ficam patentes: como foi demonstrado acima de um lado a grande imprensa, hegemônica, que noticia o movimento de forma a causar rejeição ao mesmo e, do outro lado, a

imprensa contra-hegemônica, de menor acesso ao público faz aberto apoio ao mesmo movimento. Ambas são parte da mídia, porém o discurso é divergente.

Como todo movimento social, o MST ganha adeptos e inimigos, sendo que a grande imprensa situa-se neste último. As grandes empresas de informação são também defensoras da grande propriedade, o que fica evidente em seu discurso de combate ao MST.

“pretendem confundir a opinião pública, retratando o MST com Movimento de baderneiros que só promovem a desordem social mostrando que eles (o movimento) são infratores da lei, pois fazem invasões, e que não são adeptos ao trabalho, são vagabundos e moram em cidades causando o mal-estar perante a sociedade” (PALUDO, 1999:9-10).

Toda a ação do movimento é duramente criticada pela mídia. Para a população que recebe a informação modelada pelos interesses da elite, resta acreditar na mesma, pois não dispõe de parâmetros para comparação, uma vez que a grande maioria dos leitores tem acesso limitado às publicações e tem confirmação de suas leituras nos telejornais.

Na sociedade de classes em que vivemos, é sabido que

“a classe dominante não tem interesse na manifestação da verdade já que isto colocaria em evidência dominação que exerce sobre as outras classes. Já a classe dominada tem todo interesse em que a verdade se manifeste porque isso só viria patentear a exploração a que é submetida, instando-a a se engajar na luta de libertação” (SAVIANI, 1991:97).

Compreende-se assim o cuidado que a mídia tem em distorcer ou omitir dados, formando opinião pública de rejeição ao movimento. “

Um mecanismo significativo de que a imprensa tem se utilizado no decorrer da história, é a associação de fatos que incomodam as elites aos grandes medos da população. Os movimentos sociais, por exemplo, têm sido duramente castigados com as comparações feitas entre eles e o terrorismo. Existe um processo de criminalização dos movimentos sociais, pois eles lutam contra a “ordem” vigente, o que dá à imprensa munção para bombardeio de informações adulteradas. Após os atentados de 11 de setembro de 2001, um novo e perverso tratamento tem sido dado aos movimentos sociais:

“A retórica da guerra do terror serve como luva a todos os que querem

atacar os movimentos sociais, especialmente aos governantes submetidos aos ditames do neoliberalismo. Qualquer grupo, movimento ou organização pouco disposto a aceitar as regras do mercado tornou-se potencialmente, candidato a ocupar o posto de terrorista de plantão”. (ARBEX JR, 2003:149)

Reforçando a conotação de terrorismo, nas ações do MST divulgadas pela imprensa, usa-se a expressão “invasão” e não “ocupação”, no intuito de reforçar negativamente a imagem do movimento. As informações são prontas e acabadas, não deixando espaço para o leitor questioná-las. Quando há ocupação de alguma propriedade, logo é notificado aos leitores que não recebem informações dos motivos da ocupação, das conquistas do movimento, dos benefícios dos assentados da

“experiência fantástica de imenso valor para todos os pobres e excluídos deste país. Nada disso aparece na grande mídia, que insiste em multiplicar calúnias e difamações contra o Movimento. Em contrapartida, a mesma grande mídia faz silêncio total quando se trata da denúncia das agressões e perseguições sofridas pelos militantes do MST” (ARBEX JR, 2003:154).

A grande mídia se cala em momentos estratégicos. Quando há alguma ação do MST, a grande mídia não leva a informação ao público. Estas poderiam contradizer o discurso habitual de desvirtuar as atitudes dos integrantes do movimento. Os prêmios nacionais e internacionais recebidos pelos integrantes do Movimento Sem Terra, não são veiculados na grande mídia. O sistema educacional presente nos assentamentos só é citado quando o teor do conteúdo pode ser manipulado de forma desfavorável ao movimento, como no caso da matéria:

“Boa parte das escolas públicas rurais está sob o comando ou a influência do MST. Nelas o MST dá lições de socialismo e de como invadir fazendas, o que, não custa lembrar, é crime. Agora, os sem-terra querem oficializar sua influência. Cobram do governo um projeto educacional para o campo no modelo de suas cartilhas. O Ministério da Educação resiste. Até agora.”(grifo meu) (VEJA, Escolas do crime, 18 de julho, 2007).

Os termos “socialismo, invasão e crime”, numa mesma frase, apelam para o imaginário popular, carregado de preconceitos impostos pelo grupo hegemônico. O termo “socialismo” por si só, assusta grande parte da população por desconhecerem o real

sentido da expressão. Quando aliado a “invasão” e “crime”, então se torna instrumento ideológico de terror e ameaça pública.

Sobre os prêmios e homenagens recebidos pelo MST, a grande imprensa se cala. Estes serão focados em jornais, revistas e sites que são lidos ou acessados por simpatizantes do movimento, portanto, não chegam ao conhecimento da grande maioria da população. Exemplificando, o movimento recebeu o

“Prêmio em educação/RS 2000. Pelo Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul à Escola Josué de Castro, do Iterra (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária), unidade educacional do MST naquele estado. Data 11/10/2000. (MORISSAWA, 2001:224).

Muitos outros prêmios o movimento tem recebido, se divulgado fossem, cairia por terra o mito de selvageria e barbárie que a mídia procura incutir nas ações do mesmo. Alguns desses prêmios foram doados por comissões nacionais e internacionais de direitos humanos, o que não condiz com atitudes de violência que a grande mídia atribui ao movimento.

Havendo toda uma desconstrução dos fatos referentes ao movimento, nota-se que a imprensa realiza o discurso de propaganda, um discurso que *“tenta, criando fatos, ou então ocultando-os, construir um tipo de verdade falsa, o que está longe de ser o desígnio de nossos próprios sistemas informacionais”* (RAMONET, 2004:48). Omitindo fatos, a imprensa deixa passar em branco, propositalmente, muitas ações de grande repercussão, como o Quinto Congresso Nacional do MST, nos dias 11 a 15 de junho de 2007, em Brasília, anunciado na revista Caros Amigos de junho de 2007. A grande mídia pouco ou nada publicou a respeito, originando comentários como

“Das duas uma: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) não tem um assessor de imprensa ou a grande mídia preferiu boicotar o Congresso da entidade, de 11 a 15 deste mês (junho), em Brasília, reunindo quase 18 mil pessoas. Claro que a segunda hipótese é a verdadeira. Nossa mídia anda com a pauta desajustada, preferindo dar manchete para intrigas políticas do que cobrir movimento social e as iniciativas mais representativas das organizações da sociedade civil”. (FRANZIN, www.agenciasindical.com.br, 15 de junho, 2007)

Analisando-se as publicações, percebe-se que a grande imprensa consegue levar ao leitor notícias que, a princípio inocentes, são providas de interesse e distorcidas. Ao

leitor/espectador não é dado o direito à dúvida, uma vez que a grande imprensa, geralmente a única a que ele tem acesso, possui um discurso parecido, seguindo a mesma linha ideológica.

“Aliás, há pouco tempo, creditava-se à imprensa uma capacidade bastante espetacular de revelar as disfunções da política. [...] A imprensa era não só capaz de radicalidade em sua vontade de denunciar os abusos, de dizer a verdade ou de fazer crítica aos governos, mas também de respeito em relação a uma certa ética profissional”. (RAMONET, 2004:42)

CONCLUSÃO

O trabalho realizou-se considerando a idade cronológica dos educandos, 12 a 16 anos. A carga horária para a realização do trabalho foi de dezesseis (16) horas/aula, cada uma com duração de 50 minutos, durante o primeiro e o segundo bimestre, com atividades realizadas em sala e outras como tarefas feitas em casa.

Foram utilizados jornais on-line pelo fácil acesso, bem como notícias retiradas de revistas e os jornais assinados pela escola ou fontes fornecidas pela professora.

No estudo das notícias manipuladas pela mídia, ressaltou-se a importância de se ler nas entrelinhas das matérias publicadas. Destacou-se que quando a grande imprensa manipula dados e fatos em prol de um grupo hegemônico torna-se porta-voz do mesmo, deixa de cumprir sua função social de informar o cidadão comum, de forma impessoal em conformidade com a lei, para que o mesmo formule sua opinião a respeito do que foi informado.

Partindo do estudo das partes (cadernos) que compõem o jornal, proporcionando aos educandos o conhecimento das mesmas que diferem nos dias da semana. Realizou-se estudo das expressões utilizadas para dar ênfase ou dissimular um fato, bem como se estudou os conceitos Hegemonia e Contra-hegemonia. Além do enriquecimento do vocabulário proporcionado pelas leituras e análises dos títulos sob os quais os fatos estavam noticiados. As atividades realizadas estimulavam o pensamento analítico dos educandos, bem como o conhecimento das formas de manipulação de notícias existentes. Oportunamente foram analisadas notícias de telejornais, com

questionamentos sobre a forma como as imagens são apresentadas ao telespectador, levando os estudantes a questionarem quais os grupos sociais envolvidos no fato noticiado e seus interesses. Foram feitas análises do cenário dos telejornais e quais reações provocam no espectador, bem como analisa expressões das fotos veiculadas na imprensa escrita que são extremamente diferentes quando a mesma apóia ou condena a pessoa em focalizada.

Foram retomados os conteúdos da série anterior (as capitânicas hereditárias, sesmarias), que agora visto na seqüência e relacionados aos fatos que explicam a distribuição atual de terras no país, tiveram maior compreensão. Os estudantes também tiveram um breve estudo sobre a construção de ITAIPU, com dados fornecidos pela professora, o que lhes possibilitou momentos de reflexão e discussão nos problemas de ordem física, econômica e social da construção da mesma, bem como sobre a forma como a política militarista e a mecanização das terras ocorridas no período influenciaram a política agrária do município. Sendo esta uma das razões que levaram os pequenos proprietários da região a venderem suas terras nas décadas de 1970/80, e migrarem para grandes cidades, fato comum em várias famílias dos estudantes participantes do projeto. Foi verificado que a maioria dos estudantes possui parentes em Curitiba que anteriormente foram arrendatários ou pequenos proprietários no município de Assis Chateaubriand.

Durante a aplicação de OAC, mostrou-se a importância dos movimentos sociais, entre eles o MST, como forma de conquistar e manter direitos. Buscou-se desmistificar a idéia da não-isenção da imprensa, bem como a de que o MST e outros movimentos sociais são incompatíveis ou desconectados com a realidade, fato que causou muita surpresa nos alunos por terem a visão de que o jornal é o retrato fiel da realidade. Partindo de exemplos do dia-a-dia, como divergências entre depoimentos dos próprios educandos envolvidos em atritos, onde cada um tenta se beneficiar manipulando dados, e tentando ganhar adeptos, foi-se atraindo a atenção para que o mesmo também acontece com a mídia.

Os alunos mostraram-se bastante receptivos diante da proposta de estudo do OAC apresentada, pois se trata de atualidade, fatos veiculados na grande imprensa e dos quais eles tomam conhecimento. Apenas um número muito reduzido de alunos possui algum tipo de acesso à imprensa escrita, não somente à imprensa como a toda e qualquer leitura, o que foi constatado após aluno e família responderem a questões específicas sobre acesso e prática de leitura. As questões faziam parte de uma atividade elaborada

para este fim e foram enviadas aos pais, para serem respondidas em casa.

A carga horária disponibilizada para a aplicação do OAC poderia ter sido maior, mas havia uma distância considerável entre os conteúdos relativos à sétima série e o tema do OAC. A princípio este material seria trabalhado com as oitavas séries. Além de a faixa etária nesta série favorecer maior compreensão e participação, o número de aulas é maior e os conteúdos trabalhados são mais próximos da atualidade, porém tive que deixar estas séries em razão do número de aulas previstas pelo programa do PDE no ano de implantação da proposta pedagógica e da produção do artigo.

Desde o início do PDE recebi orientações que foram fundamentais para a elaboração do OAC e deste artigo. Neste período de 2007-2008, tive acesso a leituras específicas sobre a manipulação da imprensa, obras que eu não conhecia e que me foram indicadas pela professora orientadora. Foi um trabalho satisfatório por ter contribuído imensamente em minha formação, na formação dos alunos com quem trabalhei este OAC e certamente para todos aqueles com quem trabalharei manipulação de imprensa, pois conhecimento adquirido incorpora-se e passa a fazer parte da prática diária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBEX JR, José. *O Jornalismo Canalha: a promíscua relação entre a mídia e o poder*. São Paulo: Casa Amarela, 2003.

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

CARBONI, Florence & MAESTRI, Mauro. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

CPT. [WWW.cpt.com.br](http://www.cpt.com.br)

DICIONÁRIO AURÉLIO. <http://www.educacional.com.br/aurelio/>

DIRETRIZES CURRICULARES DA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DO PARANÁ. SEED, 2006.

FOLHA DE LONDRINA

FOLHA ONLINE. [WWW.folha.com.br](http://www.folha.com.br)

FRANZIN. www.agenciasindical.com.br, 15 de junho, 2007.

GAZETA DO POVO ONLINE. www.gazetadopovo.com.br

MORISSAWA, Mitsue. A História da Luta pela Terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. www.mst.org.br

O GLOBO ONLINE. <http://oglobo.globo.com>

PALUDO, Eliane. Representações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Uma análise dos editoriais e artigos do jornal O Estado do Paraná Folha de São Paulo. (Monografia) Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 1999.

RAMONET, Ignácio. A Tirania da Comunicação; tradução de Lúcia Mathilde Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

_____. Pedagogia Histórico-crítica. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

REVISTA VEJA. Editora Abril, edição 2017, nº. 28 de 18 de julho, 2007

SOCIALISMO.ORG.BR. www.socilalismo.org.br